

A equipe de governo

MARCELO BAUER

RIO — O PT anunciou ontem a equipe que formará o governo, caso o candidato Luiz Inácio Lula da Silva seja eleito presidente da República. Depois de enfrentar resistência de setores da Frente Brasil Popular — que temiam que o anúncio de um ministério afastasse possíveis acordos no segundo turno —, os petistas optaram por fazer uma lista ampla, com 245 nomes, que se dividirão em 20 grupos "de transição de governo", cada um encarregado de um tema específico.

A equipe anunciada ontem por Lula é composta por 37 parlamentares (entre vereadores, deputados estaduais e federais e senadores), 36 sindicalistas e ex-sindicalistas e 17 secretários das administrações do PT ou de forças de apoio à Frente Brasil Popular. Há também cinco religiosos: frei Betto, frei Leonardo Boff, padre Ticão (líder do momento dos trabalhadores sem terra), dom Mauro Morelli, bispo de Duque de Caxias (RJ) e o reverendo Robson Cavalcanti, da Igreja Episcopal de Recife (PE).

"As equipes farão uma radiografia do Brasil", prometeu Lula, em solenidade na Assembleia Legislativa do Rio. "Somente nós, da Frente Brasil Popular, poderíamos apresentar esta lista." O candidato ressaltou que, no segundo turno, o grupo poderá ser alterado, com a entrada de representantes dos partidos coligados.

Apesar de parte dos nomes já ter sido divulgada anteriormente, as equipes de transição anunciadas ontem trazem surpresas. Entre elas, a presença de um secretário do governador Miguel Arraes (PMDB): Pedro Eurico Barros e Silva, secretário de Habitação e Desenvolvimento de Pernambuco.

Somente o grupo de combate à corrupção tem um coordenador já escolhido. É o senador José Paulo Bisol, candidato a vice na chapa de Lula. Com esta definição, o PT pretende deixar transparecer sua especial preocupação com o assunto. "A corrupção tem sido tratada com superficialidade no País", justificou Bisol.

Os 20 grupos temáticos formados pelo PT não repetem a estrutura dos atuais ministérios. São eles: democratização das estatais e da administração pública; defesa da cidadania e combate às discriminações; desenvolvimento regional; educação; transportes e telecomunicações; reforma agrária; política agrícola, abastecimento e alimentação; universidade, ciência e tecnologia; meio ambiente e defesa da qualidade de vida; salário, emprego e condição de trabalho; saúde e previdência social; cultura; política habitacional e reforma urbana; política econômica; política externa; política energética e mineral; justiça e segurança do cidadão; combate à corrupção; democratização do Estado e sociedade; e política para crianças e idosos.